

CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

***A ARBITRAGEM NA
TEORIA GERAL
DO PROCESSO***

3

 **MALHEIROS
EDITORES**

A ARBITRAGEM NA TEORIA GERAL DO PROCESSO

© CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

ISBN 978-85-392-0195-2

Direitos reservados desta edição por

MALHEIROS EDITORES LTDA.

Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171

CEP 04531-940 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3078-7205

Fax: (11) 3168-5495

URL: www.malheiroseditores.com.br

e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição

PC Editorial Ltda.

Capa

Criação: Nadia Basso

Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

06.2013

948473

SUMÁRIO

GRATIDÃO AOS COAUTORES	11
APRESENTAÇÃO – UM DIÁLOGO COM OS ARBITRALISTAS	13

CAPÍTULO I

ASPECTOS GERAIS

– ELEMENTOS DE TEORIA GERAL DO PROCESSO

1. colocação metodológica prévia	15
2. a fundamental proposta deste estudo	17
3. a dimensão metodologicamente útil da teoria geral do processo – a presença do poder	21
4. as garantias constitucionais do processo – direito processual constitucional	24
5. arbitragem e contraditório	26
6. a imparcialidade e os demais predicados do árbitro – o dever de revelação	27
7. a arbitragem como meio alternativo de solução de conflitos – as vantagens da solução por essa via – as medidas antiarbitragem	31
8. a arbitragem no sistema romano de processo civil	35
9. arbitragem e jurisdição no processo civil moderno	37
10. o direito material aplicável – jurisdição de direito ou de equi- dade – jura novit curia	41
11. a regência jurídico-processual da arbitragem	45
12. o poder do árbitro como resultado de um negócio jurídico fun- dado na autonomia da vontade – poderes e deveres	47
13. o processo arbitral	51
14. procedimento – liberdade de escolha pelas partes – o papel do árbitro	52
15. liberdade formal, escolha do procedimento e observância das garantias constitucionais	54

16. procedimento flexível e não rígido – menos preclusões	56
17. confidencialidade	60
18. o suposto dever de denunciar infrações penais ou tributárias verificadas nos autos	63
19. ação e defesa no processo arbitral	66
20. acesso à justiça e direito à tutela jurisdicional	69

CAPÍTULO II

APLICAÇÕES ESPECÍFICAS

21. conteúdo deste capítulo	72
22. entre a jurisdição estatal e a arbitral – a convenção de arbitragem	73
23. arbitrabilidade objetiva e arbitrabilidade subjetiva – capacidade dos sujeitos e disponibilidade dos bens ou interesses	75
24. vontade livre e conscientemente manifestada – contratos de adesão – relações de consumo	80
25. cláusulas compromissórias em estatutos de entidades associativas	84
26. arbitragem e Poder Público	87
27. necessária arguição pelo réu – exceção em sentido estrito	92
28. interpretação da convenção de arbitragem – o favor arbitral e a Kompetenz-Kompetenz	93
29. extensão objetiva e extensão subjetiva da convenção de arbitragem	97
30. extensão objetiva	98
31. extensão subjetiva	101
32. conflito entre cláusula compromissória e título executivo extrajudicial – preferência pela executividade	104
33. formação do processo arbitral – deveres, direitos e obrigações do árbitro já antes da formação da relação processual arbitral ...	106
34. as três fases da arbitragem	110
35. os atos do processo arbitral	112
36. os atos do árbitro	112
37. os atos das partes	114
38. o regime das nulidades dos atos do processo arbitral – as nulidades da sentença arbitral	115
39. a demanda e seus elementos constitutivos: partes, causa de pedir e pedido	118
40. as partes principais no processo arbitral: autor e réu	119
41. capacidade de ser parte e capacidade de estar em juízo	121

42. capacidade postulatória – a facultatividade da representação por advogado	122
43. intervenções de terceiros – provocadas ou voluntárias	124
44. litisconsórcio	127
45. exclui-se a intervenção do Ministério Público	131
46. interpretação do pedido – restritiva?	132
47. relações entre demandas	135
48. cumulos de pedidos	136
49. efeitos substanciais e processuais da demanda	140
50. alterações da demanda e a regra da estabilização desta	144
51. a comunicação da demanda ao réu (notificação)	147
52. a defesa do réu e os fundamentos possíveis	147
53. reconvenção ou pedido contraposto	150
54. revelia, efeito da revelia e abandono do processo	151
55. ônus de impugnação específica dos fatos alegados na demanda	156
56. o não comparecimento para prestar depoimento pessoal – a pena de confesso regida pelo Código de Processo Civil – sua rejeição no sistema da arbitragem	157
57. instrução da causa	158
58. aplicação de normas gerais sobre a prova contidas no Código de Processo Civil	159
59. ônus da prova – distribuição, inversão e regra de julgamento ..	160
60. poderes instrutórios do árbitro	163
61. liberdade de apreciação de provas e comportamentos – livre convencimento motivado – o dever de motivar	164
62. suspensão do processo arbitral	167
63. suspensão por prejudicialidade	168
64. extinção do processo arbitral	171
65. a sentença arbitral	173
66. sentença ou laudo?	175
67. sentença arbitral parcial	176
68. espécies de sentenças arbitrais e seus efeitos	180
69. a sentença arbitral condenatória como título executivo judicial	183
70. sentenças arbitrais genéricas e sentenças arbitrais condicionais	184
71. liquidação da sentença arbitral – competência arbitral ou judiciária?	186
72. sentenças arbitrais constitutivas ou meramente declaratórias ..	187
73. sentenças arbitrais substitutivas da vontade do obrigado	188
74. a regência formal da sentença arbitral	190

75. correlação entre a sentença arbitral e a demanda: visão geral	191
76. correlação entre a sentença arbitral e o pedido – o objeto do processo – os chamados pedidos implícitos	193
77. sentenças arbitrais extra petita ou ultra petita	196
78. sentenças arbitrais citra petita	198
79. correlação entre a sentença arbitral e a causa de pedir	198
80. correlação entre a sentença arbitral e os sujeitos da demanda	201
81. coisa julgada arbitral	202

CAPÍTULO III

RELAÇÕES COM A JURISDIÇÃO ESTATAL (MOMENTOS DE COOPERAÇÃO E CENSURA)

82. quadro geral – programa do capítulo	209
83. autonomia da arbitragem: dispensa de homologação, equivalência funcional e incensurabilidade dos julgamentos de mérito proferidos pelos árbitros	210
84. a autonomia da arbitragem e o efeito vinculante de decisões do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional – admissibilidade da reclamação?	212
85. o “pedido de instituição de arbitragem” (ou execução específica) – cláusulas arbitrais cheias e cláusulas arbitrais incompletas	218
86. medidas urgentes preparatórias do processo arbitral – concedidas e efetivadas pelo juiz togado	223
87. revisibilidade, pelo árbitro, de medidas urgentes concedidas pelo juiz togado	224
88. medidas urgentes concedidas pelo árbitro em caráter incidente – pressões psicológicas – multas periódicas	225
89. efetivação de medidas urgentes pelo juiz estatal – solicitação pelo árbitro	229
90. revisão, pelo juiz, das medidas urgentes concedidas pelo árbitro?	231
91. admissível o mandado de segurança?	233
92. ação anulatória de sentença arbitral	235
93. taxatividade dos fundamentos para a anulação? – interpretação integrativa	241
94. nulidade ou anulabilidade da sentença arbitral? – uma questão conceitual de relevância sistemática	244
95. questões suscetíveis de conhecimento de ofício pelo juiz togado?	247
96. medidas urgentes concedidas pelo juiz togado para a suspensão de efeitos da sentença arbitral – o juízo do direito mais forte	249

97. competência para a ação anulatória – competência internacional	251
98. competência de um juízo de primeiro grau – referência aos elementos da ação anulatória e não da demanda levada à arbitragem	251
99. Justiça competente	253
100. competência territorial – eleição de foro	253
101. juízo competente	256
102. procedimento comum – ordinário ou sumário	257
103. recursos e ação rescisória	258
104. cumprimento de sentença arbitral condenatória	259
105. competência para o cumprimento da sentença arbitral – competência internacional	261
106. competência interna	262
107. Justiça competente para a execução fundada em sentença arbitral nacional	263
108. competência territorial e competência de juízo – prevenção	265
109. não há execução provisória de sentença arbitral	266
110. impugnação ao cumprimento de sentença arbitral – as nulidades tipificadas no art. 32 da Lei de Arbitragem e os fundamentos permitidos pelo Código de Processo Civil	268
111. exceção de pré-executividade	273
112. cobrança dos honorários do árbitro – execução ou processo de conhecimento, conforme o caso	274
113. cobrança dos honorários do árbitro: execução por título extrajudicial	275
114. cobrança dos honorários do árbitro: processo de conhecimento	277
115. cobrança dos honorários do árbitro – competência	278

CAPÍTULO IV

EXECUÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA

116. delimitação do objeto do capítulo	282
117. aplicação do sistema do Código de Processo Civil	283
118. título executivo judicial	283
119. competência internacional	285
120. Justiça competente	285
121. competência de foro e de juízo	286
122. o processo da execução de sentença arbitral estrangeira	287
123. impugnação ao cumprimento de laudo estrangeiro	287
124. exceção de pré-executividade	290
BIBLIOGRAFIA	292